

VALMIR PONTES FILHO
FABRÍCIO MOTTA
EMERSON GABARDO

Coordenadores

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DESAFIOS PARA A TRANSPARÊNCIA, PROIBIDADE E
DESENVOLVIMENTO
XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO
ADMINISTRATIVO

Belo Horizonte



2017

© 2017 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virginia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Marcos Ehrhardt Jr.
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Egon Bockmann Moreira	Ney José de Freitas
Emerson Gabardo	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Fabício Motta	Paulo Modesto
Fernando Rossi	Romeu Felipe Bacellar Filho
	Sérgio Guerra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

P962 Administração Pública: desafios para a transparência, probidade e desenvolvimento. XXIX Congresso Brasileiro de Direito Administrativo / Coordenadores: Valmir Pontes Filho, Fabrício Motta, Emerson Gabardo. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

497 p.
ISBN 978-85-450-0157-7

1. Direito administrativo. 2. Direito constitucional. 3. Teoria do Estado. I. Pontes Filho, Valmir. II. Motta, Fabrício. III. Gabardo, Emerson. IV. Título.

CDD: 341.3
CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PONTES FILHO, Valmir; MOTTA, Fabrício; GABARDO, Emerson (Coord.). *Administração Pública: desafios para a transparência, probidade e desenvolvimento*. XXIX Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 497 p. ISBN 978-85-450-0157-7.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Valmir Pontes Filho	17
----------------------------------	-----------

PARTE I

TEXTOS DOS PROFESSORES PARTICIPANTES

O REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO COMO GARANTIA
FUNDAMENTAL E COMO MECANISMO DE RESISTÊNCIA DO ESTADO
SOCIAL E DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Adriana da Costa Ricardo Schier	21
1 Introdução.....	21
2 Do serviço público adequado e seu regime jurídico como direitos fundamentais.....	22
3 Considerações finais: o serviço público adequado e seu regime jurídico e as cláusulas pétreas	32
Referências	34

PÚBLICO E PRIVADO NO DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS
ESTATAIS

Carlos Ari Sundfeld.....	37
1 Introdução.....	37
2 A regulação da ação privada como caminho do desenvolvimento	37
3 Contratos público-privados: viabilidades e problemas	39
4 Conclusão.....	42
Referências	43

INTERPRETAÇÃO NO DIREITO ADMINISTRATIVO

Celso Antônio Bandeira de Mello.....	45
1 Toda interpretação tem como base e ponto de partida o próprio texto interpretando	45
2 O risco do intérprete supor que as palavras devem prevalecer sobre o espírito da norma.....	47
3 A interpretação teleológica também se constitui com base na formulação da regra de direito	49
4 O conhecimento das leis não é o da simples dicção de suas palavras, mas a da força que traduzem	50

AS MUDANÇAS NA LC Nº 123/06: A POLÊMICA AVANÇA

Cristiana Fortini	51
1 Introdução.....	51
2 Artigo 48.....	56

3	Licitação exclusiva	56
4	Subcontratação compulsória	57
5	Licitação com lote reservado	59
6	Prioridade para comércio local	61
7	Artigo 49	62

O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO COMO FALSA-BARREIRA À CONCILIAÇÃO PELAS ESTATAIS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Daniel Ferreira, Ana Paula Pellegrinello.....		65
1	Introdução.....	65
2	Desvelando o princípio da supremacia do interesse público.....	66
3	A indisponibilidade dos interesses públicos gerais.....	69
4	Interesses públicos e o princípio da legalidade.....	71
5	A administração pública indireta entre o (regime) público e o privado	72
6	A Administração Pública entre a lei e o direito: o artigo 71 da Lei nº 8.666/93	74
7	Considerações finais.....	77
	Referências	78

A ARBITRAGEM NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Dinorá Adelaide Musetti Grotti		79
1	Formas alternativas de solução dos conflitos	79
2	Constitucionalidade da arbitragem	81
3	Natureza jurídica da arbitragem	82
4	Arbitragem e litígios administrativos	83
4.1	A remoção dos óbices da arbitragem na Administração Pública	86
4.2	Críticas e vantagens da arbitragem na Administração Pública	90
5	Aspectos operacionais pendentes	91
5.1	Arbitrabilidade subjetiva e objetiva	91
5.2	A convenção arbitral	93
5.3	Arbitragem e prerrogativas processuais	94
5.4	Arbitragem <i>ad hoc</i> e institucional	94
5.5	Escolha do árbitro ou instituição arbitral: inexigibilidade de licitação	95
6.	Considerações finais	96
Referências		97

LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIFERENCIADAS À LUZ DA LC Nº 123/06 COM AS ALTERAÇÕES DA LC Nº 147/14

Edgar Guimarães.....	99
1 Introdução.....	99
2 Licitações e contratações diferenciadas	101
3 Licitações exclusivas às pequenas empresas	103
4 Licitação com subcontratação compulsória de pequena empresa	104
5 Licitação com reserva de cota para pequenas empresas.....	106
6 Inaplicabilidade das disposições dos arts. 47 e 48 da LC nº 123/06.....	109
7 Margem de preferência de 10% para as pequenas empresas sediadas local e regionalmente.....	112

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTRATUAL: BREVES REFLEXÕES SOBRE O CONTRATO E O DIREITO ADMINISTRATIVO

Eurico Bitencourt Neto	117
1 Introdução.....	117
2 Expansão da administração contratual	118
3 Conclusão.....	123
Referências	123

INFLUÊNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO ITALIANO NA CONSTRUÇÃO DAS BASES DOGMÁTICAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

Fabrizio Motta	125
1 Introdução.....	125
2 Origem do direito administrativo	126
3 Influência italiana na construção do conteúdo clássico do direito administrativo ocidental	129
4 Influência na construção do direito administrativo brasileiro.....	133

A DISTINÇÃO ATIVIDADE-MEIO/ATIVIDADE-FIM NA TERCEIRIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Florivaldo Dutra de Araújo	141
1 Introdução.....	141
2 Atividade-fim e atividade-meio na terceirização	142
3 A polêmica em torno da distinção entre atividade-fim e atividade-meio e as propostas de seu abandono	146
4 A distinção atividade-fim/atividade-meio e a administração pública.....	147
5 Conclusão.....	149
Referências	150

DESAFIOS DE INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA: “DESTRUIÇÃO CRIADORA” OU “INOVAÇÃO DESTRUIDORA” DO DIREITO ADMINISTRATIVO?

Irene Patrícia Nohara	151
1 Considerações introdutórias	151
2 Inovação: um imperativo.....	152
3 Perigos da “inovação destruidora” na administração pública.....	154
4 Conclusões	159
Referências	160

LICITAÇÃO COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Joel de Menezes Niebuhr	161
1 Breve contextualização: tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte	161
2 Inconstitucionalidade: princípios da eficiência e economicidade	163
3 A cota reservada de até 25% deve ser limitada a R\$80.000,00.....	166

4	Cota reservada não autoriza sobrepreço	169
5	Cota reservada e registro de preços ou compras com entregas parceladas	170

MAGISTRATURA, MINISTÉRIO PÚBLICO E CONSELHOS NACIONAIS

José dos Santos Carvalho Filho	173
1 Magistratura e Ministério Público.....	173
2 Prerrogativas	174
3 Deveres e responsabilidades.....	175
4 Conselhos nacionais de justiça e do ministério público.....	177
5 A função controladora dos conselhos.....	178
6 Conclusão.....	183
Referências	183

DIREITO DA INFRAESTRUTURA E A SINDICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICOS

Juarez Freitas	185
1 Introdução.....	185
2 Infraestrutura e o escrutínio de sustentabilidade das motivações contratuais	186
3 Conclusões	188

ALGUNS APONTAMENTOS NA DISCUSSÃO SOBRE REGIME JURÍDICO DAS CARREIRAS DE ESTADO: PONTOS DE APROXIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO ENTRE PRERROGATIVAS E RESPONSABILIZAÇÃO DOS MEMBROS DO JUDICIÁRIO, DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA ADVOCACIA PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

Juscimar Pinto Ribeiro	189
1 Introdução.....	189
2 A inserção da Magistratura, Ministério Público e Advocacia Pública como carreiras de Estado.....	190
3 O auxílio moradia aos membros da magistratura e do ministério público e o regime de subsídio	190
4 Aspectos da atuação da advocacia pública.....	193
5 Considerações finais.....	198
Referências	199

ALÉM DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

Luciano Ferraz	201
1 Objetivos do trabalho	201
2 Contexto geral das empresas estatais na administração pública brasileira	202
3 Empresas subsidiárias.....	204
4 Empresas controladas pelo poder público.....	206
5 Empresas participadas (participação minoritária ou paritária do poder público)	210
6 Conclusão.....	211

DIREITO URBANÍSTICO, SOCIEDADE E VIOLÊNCIA

Luis Manuel Fonseca Pires	215
1 Contexto: violência urbana.....	215
2 Violência nas sociedades contemporâneas	215
3 O caso dos ambulantes na cidade de São Paulo.....	218
Referências	220

O ESTATUTO DA METRÓPOLE: DESAFIOS QUANTO À SUA APLICAÇÃO

Márcio Cammarosano	221
1 O direito urbanístico e suas interfaces com o direito administrativo e ambiental.....	221
2 O estatuto da metrópole: conteúdo, conceitos fundamentais e o plano de desenvolvimento urbano integrado – responsabilidade por improbidade administrativa	224
Referências	227

PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Maria Sylvia Zanella Di Pietro	229
1 Introdução.....	229
2 Desenvolvimento	229
3 Conclusão.....	231

A RESPONSABILIDADE OBJETIVA NA LEI ANTICORRUPÇÃO

Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun	233
1 As relevantes inovações trazidas pela denominada lei de probidade administrativa empresarial	233
2 A responsabilização sancionatória objetiva da pessoa jurídica pela Lei nº 12.846.....	234
2.1 A responsabilização sancionatória da pessoa jurídica	235
2.2 A responsabilização sancionatória objetiva da pessoa jurídica	236
3 A responsabilização objetiva da pessoa jurídica pela lei anticorrupção.....	237
Referências	238

DESVIO DE PODER NO PROVIMENTO DISCRICIONÁRIO DE CARGOS PÚBLICOS

Paulo Modesto	239
1 Desvio de finalidade na nomeação de titulares de cargos de provimento discricionário.....	239
2 Classificação dos cargos públicos no Brasil	241
3 Cargos políticos como cargos públicos de provimento discricionário unilateral, provimento vinculado ou provimento discricionário compartilhado.....	244
4 Conclusão.....	248
Referências	250

TUTELA CIVIL E PROCESSUAL DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL

Paulo Roberto Ferreira Motta, Raquel Dias da Silveira	251
1 Introdução.....	251

2	Meio ambiente na Constituição da República Brasileira de 1988.....	252
3	Competências constitucionais.....	253
4	Tutela civil do meio ambiente.....	260
4.1	Dano ambiental.....	261
4.2	Poluidor.....	262
4.3	Nexo de causalidade	264
4.4	Responsabilidade civil por dano ambiental.....	265
5	Instrumentos de tutela processual do meio ambiente.....	267
5.1	Ação popular.....	267
5.2	Inquérito civil e ação civil pública ambiental	269
6	Conclusão.....	272
	Referências	273

PARTICIPAÇÃO, DIREITO À INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Regina Maria Macedo Nery Ferrari.....		275
1	Introdução.....	275
2	A democracia participativa	276
3	Transparência dos atos estatais.....	281
	Referências.....	284

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ANTIFRÁGIL

Rodrigo Pironti Aguirre de Castro.....	285
1 A antifragilidade na Administração Pública	285
2 Profissionalização da função pública.....	287
3 Práticas de <i>compliance</i> e de concertação administrativa que inibam a corrupção	288
4 Uma aproximação do conceito de legalidade à lógica de justiça social e interesse público	289

CONTROLE SOCIAL E DELIBERAÇÃO PÚBLICA NO COMBATE À CORRUPÇÃO: ALGUNS FUNDAMENTOS POLÍTICOS E FILOSÓFICOS

Rogério Gesta Leal	291
1 Notas introdutórias	291
2 O combate da corrupção exige mais que participação social, demanda gestão social compartilhada entre espaço público e privado	292
3 Considerações finais.....	301
Referências	305

PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Romeu Felipe Bacellar Filho.....	307
1 Origens históricas da presunção de inocência.....	307
2 Constitucionalização e internacionalização do princípio no cenário da reconstrução dos direitos humanos.....	309

3	Consagração normativa no direito brasileiro e relação com os demais princípios.....	314
4	Conteúdo jurídico e desdobramentos do direito fundamental à presunção de inocência no processo administrativo disciplinar	318
5	Aplicação endoprocessual.....	319
6	Aplicação extraprocessual: tratamento como inocente e sigilo quanto à condição de acusado.....	329
	Referências	332

MORALIDADE E PROBIDADE ADMINISTRATIVAS

Sérgio de Andrea Ferreira.....		335
1	Introdução.....	335
2	Ética, moral, moralidade, probidade e direito.....	336
2.1	Ética ≠ Moral.....	336
2.2	Moralidade e probidade	337
2.3	Moral e direito.....	337
3	A moralidade no elenco dos princípios constitucionais, e seus desdobramentos	340
3.1	Princípio e bem jurídico tutelado	340
3.2	A moralidade administrativa como bem juridicamente tutelado pela ação popular	341
4.	A agregação, ao conceito de moralidade administrativa, da noção de 'boa administração': a moral institucional	342
5	O abuso de poder como forma de imoralidade administrativa.....	344
6	A probidade administrativa	345

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A MEDIAÇÃO

Silvio Luís Ferreira da Rocha.....		349
1	Considerações gerais.....	349
2	O problema	350
3	Atuação unilateral da administração pública	351
4	Administração pública consensual	352
5	Conclusão.....	353
	Referências	353

INTERVENÇÃO DIRETA DO ESTADO NA ECONOMIA POR PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS: FORMAS REQUISITOS E RAZOABILIDADE

Thiago Marrara, Emanuelle Urbano Maffioletti.....		355
1	Introdução.....	355
2	Subsidiárias, subsidiária integral e sociedade controladas	356
3	Participação minoritária como forma de intervenção estatal.....	361
4	Participação minoritária simples ou com poderes especiais.....	362
5	Inconvenientes da participação minoritária: riscos à adequação administrativa	366
6	Autorização legislativa para a participação societária estatal.....	368
7	Exigência de autorização do executivo.....	370
8	Princípio da especialidade, vinculação ao objeto social e responsabilidade	371
9	Conclusão.....	373
	Referências	374

PARTE II
ARTIGOS VENCEDORES DO CONCURSO

**CONFLITO DE INTERPRETAÇÃO NORMATIVA NO CONTROLE INTERNO
DA COMPETÊNCIA DISCRICIONÁRIA**

Antonio Rodrigues do Nascimento	377
1 Introdução.....	377
2 Desenvolvimento	380
3 Conclusão.....	384
Referências	385

**DIREITO ADMINISTRATIVO CONSENSUAL, ACORDO DE LENIÊNCIA E
AÇÃO DE IMPROBIDADE**

José Guilherme Bernan Correa Pinto	387
1 Introdução.....	387
2 Direito Administrativo Consensual	388
3 Consenso, aplicação de sanções e integridade do direito.....	391
4 Conclusão.....	397
Referências	397

A NATUREZA JURÍDICA DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

Rodrigo Gabriel Moisés.....	399
1 Introdução ao problema: serviços públicos x atividades econômicas	399
2 Em busca de uma definição de serviço público	401
3 As atividades econômicas na Constituição de 1988	402
4 Atividades econômicas de interesse público	403
5 Os serviços de educação na União Europeia	405
6 As divergências nas decisões do STF.....	407
7 Serviços públicos não privativos: os equívocos desta denominação	410
8 Conclusão: os serviços de educação como serviços compartilhados	412
Referências	415

**A PERSONALIDADE JURÍDICA DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS INDEPENDENTES:
A REVISITAÇÃO DA TEORIA DO ÓRGÃO SOB A ÓTICA DAS
TRANSFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O SÉCULO XXI**

Rodrigo Emanuel de Araújo Dantas.....	417
1 Introdução.....	417
2 Administração pública.....	418
2.1 Aspectos gerais.....	418
2.2 Desconcentração Administrativa.....	419
2.3 Descentralização Administrativa.....	420
3 Órgãos públicos	421
3.1 Concepção originária e classificação doutrinária.....	421
3.2 Criação e Extinção de Órgãos Públicos na Constituição de 1988	422
4 A personalidade jurídica do Estado.....	423

4.1	O Estado como pessoa jurídica.....	423
4.2	Origens e Teorias.....	424
4.3	Personalidade Jurídica e a Personalidade Judiciária	425
4.4	A atuação dos Órgãos Públicos Constitucionais em Juízo – A personalidade judiciária na doutrina e na jurisprudência do STF/STJ	426
5	Conclusão.....	429
	Referências	430

PARTE III COMUNICADOS CIENTÍFICOS

A PRÁTICA DO NEPOTISMO COMO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		
Vanessa Cavalari Calixto		433
A QUESTÃO DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA NO ESTADO DE GOIÁS APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988		
Marcello Rodrigues Siqueira, Ademilton Pires da Silva.....		435
A PRESENÇA DO PATRIMONIALISMO NOS MODELOS DE GESTÃO BRASILEIRO: NECESSIDADE DE REFORMA ADMINISTRATIVA		
Juliana Georges Khouri		437
PODER DE POLÍCIA MUNICIPAL COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS NO CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS		
Carolina Salbego Lisowski, Joelma de França		439
DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL		
Tuany Baron de Vargas		441
A NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO DA NATUREZA DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO		
Joaquim Antônio Murta Oliveira Pereira.....		443
A APLICAÇÃO DO PROCESSO DE MEDIAÇÃO NA INTERVENÇÃO ESTATAL NA PROPRIEDADE: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DO DIREITO ADMINISTRATIVO		
Gustavo Nascimento Tavares.....		445
APLICAÇÃO DA REPERCUSSÃO GERAL E DO RECURSO REPETITIVO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO		
Winderley Moraes Pereira		447

A CONTRATAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO NO ESTADO DE MINAS GERAIS E A ADI 4876 Ana Luiza Gomes de Araujo	449
CIRCULARIDADE, DESCONTINUIDADE E A HISTÓRIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO NO BRASIL: CRÍTICA SOBRE O TRATO DA HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA NOS MANUAIS E CURSOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO Luasses Gonçalves dos Santos	451
A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DOS LIMITES DISCRICIONÁRIOS DA ATIVIDADE DE FOMENTO Juliana Georges Khouri	453
OS LIMITES GERAIS E ESPECÍFICOS NO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA: UM ESTUDO DE CASO DA DESOCUPAÇÃO NA REGIÃO DA ZONA PORTUÁRIA NA CIDADE DE MACEIÓ Kathelly Maria de Melo Menezes, Maria Beatriz Cardoso Tenório	455
DESAPROPRIAÇÃO URBANÍSTICA PROMOVIDA POR PARTICULARES E A GESTÃO DOS BENS DESAPROPRIADOS Guilherme Fredherico Dias Reisdorfer	457
A NATUREZA JURÍDICA DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO Guilherme Fredherico Dias Reisdorfer	459
OS LIMITES CONSTITUCIONAIS DA TERCEIRIZAÇÃO ESCOLAR EM GOIÁS Valéria Mariano de Melo, Nayna Suzy Vieira Botelho	461
A PERSONALIDADE JURÍDICA DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS INDEPENDENTES: A REVISITAÇÃO DA TEORIA DO ÓRGÃO SOB A ÓTICA DAS TRANSFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O SÉCULO XXI Rodrigo Emanuel de Araújo Dantas	463
A REGULARIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES COMO EFETIVAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL À MORADIA: UM DESAFIO À GESTÃO PÚBLICA Carolina Salbego Lisowski, Vladimir Marchiori Damião	465
O FINANCIAMENTO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO: O DIREITO DE ESCOLHA DA ESCOLA E AMPLIAÇÃO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS Rodrigo Gabriel Moisés	467

O PRINCÍPIO DA ISONOMIA NO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, A INSTRUMENTALIDADE DA LICITAÇÃO E A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL Samia Yasmim Yousseif Duque Regniel	469
A ATIVIDADE DE FOMENTO COMO MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS Samia Yasmim Yousseif Duque Regniel	471
CONFLITO DE INTERPRETAÇÃO NORMATIVA NO CONTROLE INTERNO DA COMPETÊNCIA DISCRICIONÁRIA Antonio Rodrigues do Nascimento	473
CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE TERCEIROS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Delineamentos para a configuração de ato de improbidade administrativa Júlio César Souza dos Santos	475
O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E A DIVULGAÇÃO DOS PARECERES JURÍDICOS INTEGRANTES DE PROCESSOS MINERÁRIOS Gabriela Salazar Silva Pinto	477
EXTRAÇÃO MINERAL POR PARTE DE ENTES PÚBLICOS E A NECESSIDADE DE REGISTRO DA ATIVIDADE PERANTE O DNPM Gabriela Salazar Silva Pinto	479
CONTRATO DE EFICIÊNCIA NO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA É EFICIENTE? Mariana Nascimento Silveira	481
DIREITO DA ENERGIA, ENERGIA E SERVIÇO DE ELETRICIDADE Anesio dos Santos Junior	483
PARTE IV	
ANEXOS	
CARTA DE GOIÂNIA Adriana da Costa Ricardo Schier, Dinorá Adelaide Musseti Grotti, Ligia Maria Silva Melo de Casimiro, Yara Stroppa	487

PROGRAMA DO XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.....	489
SOBRE OS AUTORES.....	493